

Mediação e Construção da Convivência e da Paz

Editoras:

Elisabete Pinto da Costa

Ana Maria Costa e Silva

Alcina de Oliveira Martins

Louise Lima

Cristiana Madureira



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA



CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM EDUCAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO



Universidade do Minho



CONFERENCIA UNIVERSITARIA INTERNACIONAL PARA
EL ESTUDIO DE LA MEDIACIÓN Y EL CONFLICTO



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Mediação e Construção da Convivência e da Paz

Elisabete Pinto da Costa | Ana Maria Costa e Silva | Alcina de Oliveira Martins
| Louise Lima | Cristiana Madureira (Eds.)

Lisboa, 2024



Edições Universitárias
Lusófonas

Todos os artigos e resumos publicados são propriedade da Universidade Lusófona e do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, pelo que não podem ser reproduzidos para fins comerciais sem a devida autorização.

A responsabilidade pela idoneidade e conteúdo dos artigos e dos resumos é da exclusiva responsabilidade de cada autor/a.

Título: Mediação e Construção da Convivência e da Paz

Editoras: Elisabete Pinto da Costa, CeIED, FPED, Universidade Lusófona; Ana Maria Costa e Silva, CECS, Universidade do Minho; Alcina de Oliveira Martins, CeIED, FPED, Universidade Lusófona; Louise Lima, CeIED, FPED, Universidade Lusófona; Cristiana Madureira, CeIED, FPED, Universidade Lusófona.

ISBN: 978-989-757-265-4

DOI: https://doi.org/10.60543/978-989-757-265-4/2024-med-v1_2

Design da capa: Pedro Fialho e Vanessa Russo

Paginação: Vanessa Russo

1ª Edição: 2024

Editora: Edições Universitárias Lusófonas

Revisão Formal: Vanessa Russo

Formatação Gráfica e Edição Digital: Vanessa Russo

Esta publicação foi financiada parcialmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, <https://ror.org/00snfq5816>) sob o UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático). Para efeitos de Acesso Aberto, as Editoras aplicaram à versão do manuscrito aceite (AAM) resultante desta submissão uma licença [Creative Commons CC-BY](#).



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA



CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
EM EDUCAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



REPÚBLICA
PORTUGUESA

11. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE TERRITÓRIOS DE INTERVENÇÃO PARA A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Patrícia Ribeiro¹ e Elisabete Pinto da Costa²

¹ CeIED | Universidade Lusófona, Portugal | patriciaoliveiraribeiro@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-0326-4701>

² CeIED | Universidade Lusófona, Portugal | elisabete.pinto.costa@ulusofona.pt | <https://orcid.org/0000-0002-6255-4135>

Resumo: No âmbito de um Projeto de Mediação Intercultural num concelho do Norte do País, foi realizado um processo de diagnóstico participativo, que permitisse aceder a diferentes perceções das realidades locais, a partir dos seus protagonistas. Desta forma, o conhecimento do território local teve em conta as representações dos atores que aí se movimentavam e que percecionavam de forma pessoal um espaço que não é só geofísico, mas também um espaço de significações e experiências. Para o estudo, constituiu-se uma amostra intencional, tendo sido convidadas para entrevistas grupais (Corrêa et al., 2021) diferentes organizações do Concelho, de intervenção social e da representação de populações migrantes e/ou ciganas. As entrevistas desenvolveram-se com base na metodologia de mapeamento participativo, que consiste em compreender os territórios na sua complexidade, através da percepção dos grupos de população aí existentes. Durante o processo de elaboração dos mapas-síntese propositivos visou-se: a) o (re)conhecimento do território e os seus problemas e b) promover diálogos e reflexões coletivas sobre a realidade socioambiental local. O resultado da interação entre os diferentes participantes foi o mapeamento social, que refletiu e conjugou diferentes interações sociais, perceções sobre os territórios e experiências situadas. Na sequência do mapeamento participativo e focado, elaborou-se uma proposta de projeto, da qual constou um plano de medidas a implementar. Este teve em conta, não só as necessidades identificadas, como também a intenção clara de promover a participação intercultural e o empoderamento de indivíduos e comunidades. Desta forma, o Projeto visou uma intervenção numa área que carecia de maior investimento no Concelho, no que diz respeito à Mediação Intercultural entre Comunidades Migrantes e Ciganas e população autóctone não cigana, com vista a dar resposta a problemas sociais complexos associados à integração efetiva das populações residentes no Município, tal como identificado no mapeamento participativo realizado.

Palavras-chave: Intervenção comunitária; Mapeamento participativo; Mediação intercultural.

MAPEO PARTICIPATIVO DE TERRITORIOS DE INTERVENCIÓN PARA LA MEDIACIÓN INTERCULTURAL

Resumen: Como parte de un Proyecto de Mediación Intercultural en un municipio del Norte del país, se realizó un proceso de diagnóstico participativo, que permitió acceder a diferentes percepciones de las realidades locales, a partir de sus protagonistas. De esta manera, el conocimiento del territorio local tuvo en cuenta las representaciones de los actores que allí se desplazaron y que percibieron personalmente un espacio no sólo geofísico, sino también de significados y experiencias. Para el estudio se constituyó una muestra intencional, siendo invitadas a entrevistas grupales diferentes organizaciones del Municipio, de intervención social y representación de poblaciones migrantes y/o gitanas. Las entrevistas se desarrollaron con base en la metodología de mapeo participativo, que consiste en comprender los territorios en su complejidad, a través de la percepción de los grupos poblacionales allí existentes. Durante el proceso de elaboración de los mapas de síntesis proposicional se buscó: a) (re)conocer el territorio y sus problemáticas y b) promover diálogos y reflexiones colectivas sobre la realidad socioambiental local. El resultado de la interacción entre los diferentes participantes fue el mapeo social, que reflejó y combinó diferentes interacciones sociales, percepciones sobre territorios y experiencias situadas. Luego del mapeo participativo y focalizado, se preparó una propuesta de proyecto, que incluía un plan de medidas a implementar. Para ello se tuvieron en cuenta no sólo las necesidades identificadas, sino también la clara intención de promover la participación intercultural y el empoderamiento de individuos y comunidades. De esta manera, el Proyecto pretendía intervenir en un área que necesitaba una mayor apuesta por parte del Municipio, en lo que respecta a la Mediación Intercultural entre las Comunidades de Migrantes y Gitanos, con el fin de dar respuesta a problemas sociales complejos asociados a la integración efectiva de las poblaciones residentes en el Municipio, identificadas en el mapeo participativo realizado.

Palabras-clave: Intervención comunitaria; Mapeo participativo; Mediación Intercultural.

1. Introdução

Nos termos do *Intercultural Cities Index* (2024), uma cidade intercultural é aquela que acolhe pessoas de diferentes nacionalidades, origens, línguas ou religiões/crenças e em que os líderes políticos e a maioria dos cidadãos encaram a diversidade de forma positiva, como um recurso. A cidade combate ativamente a discriminação e adapta a sua governação, instituições e serviços às necessidades de uma população diversificada. A cidade tem uma estratégia e ferramentas para lidar com a diversidade e o conflito cultural e para aumentar a participação. Incentiva-se a uma maior interação entre diversos grupos nos espaços públicos (Council of Europe, 2024).

As cidades estão cada vez mais conscientes da necessidade de políticas de integração e de inclusão consistentes, a fim de preservar a sua viabilidade como comunidades para todos; assim como as comunidades interculturais têm obrigatoriamente, também, que criar estruturas de mediação intercultural que permitam identificar e prevenir potenciais fontes de conflitualidade e reconhecer oportunidades de reflexão, aprendizagem e inovação, resultantes da mediação (Piedade, 2022).

A Mediação é consensualmente apresentada como sendo uma metodologia de intervenção social inovadora que, pelas suas potencialidades, pode acarretar uma mudança cultural e social. É consistente com a finalidade máxima “dotar de poder” aqueles que por circunstâncias várias, de índole económico, social e laboral, não conseguem níveis de inclusão, de coesão e de equidade satisfatórios.

Pode-se sintetizar duas principais finalidades a alcançar pela Mediação: i) a nível interindividual: o empoderamento dos sujeitos; ii) a nível societal: a vocação transformadora, em prol da igualdade e da justiça social.

Na sociedade atual, as promessas e armadilhas do multiculturalismo, do internacionalismo e da globalização são uma realidade nas nossas vidas quotidianas. Como resultado, há uma necessidade cada vez mais urgente de pacificadores, que possam trazer sensibilidade, visão, evidências e habilidade para nos ajudar a navegar pelas diferenças culturais, particularmente aquelas que são profundas, invisíveis e sagradas (Busch, 2023).

O mediador intercultural trabalha com a alteridade, numa interação triangular, visa a construção de pontes de diálogo e de encontro, busca uma tradução de interesses e necessidades, fomenta a empatia, o reconhecimento das pessoas e dos grupos nas suas identidades, procurando gerar contextos de convivência pacífica, de inclusão, de cidadania e de democracia.

Através da Mediação Intercultural almeja-se uma mudança social, que não se consegue apenas trabalhando com alguns grupos específicos, de alguma forma remetidos para as franjas das comunidades, mas também, e sobretudo, com todos os grupos dessas comunidades, minoritários e majoritários, comprometidos ativamente com um Projeto de *Convivência Cidadã* (Pinto da Costa, 2020).

A Mediação Intercultural abrange a Mediação das diferenças e a Mediação dos diferendos. Porém, a interculturalidade marca efetivamente particularidades desta prática mediadora, a saber: a) a natureza etnoculturalmente diferenciada das partes envolvidas; b) o impacto da diferenciação etnocultural no relacionamento entre as partes; c) a relevância da formação cultural do mediador e d) a interculturalidade como objetivo (Giménez, 2010).

A interculturalidade pode ser encarada sob dois prismas: i) como um fenómeno natural das sociedades, sobretudo da sociedade global contemporânea, e ii) como um fenómeno, sobretudo, de pressão social e territorial. Esta segunda situação pode ocorrer, com mais evidência, em contextos de significativa diversidade cultural. Para que esta realidade não assuma contornos negativos, importa uma atuação numa lógica da interculturalidade e não apenas de multiculturalidade.

No âmbito do Programa Portugal 2020, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) lançou um aviso de concurso para o Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais. Esse aviso

destinava-se à criação de Equipas de Mediação Intercultural facilitadoras da integração das Comunidades Migrantes e das Comunidades Ciganas, nas regiões do Norte, Centro e Alentejo.

Todas as propostas de projetos deveriam contemplar um diagnóstico de necessidades do território que contivesse, não só, dados estatísticos significativos sobre as comunidades migrantes e ciganas residentes no concelho, mas também, detalhes das áreas de intervenção prioritárias tendo em conta as necessidades locais.

Os projetos apresentados deveriam contribuir para “a coesão social, a melhoria da qualidade de vida e a convivência intercultural, em municípios com diversidade cultural significativa, mediante uma gestão positiva, participativa e preventiva da diversidade através de uma intervenção mediadora e da participação dos protagonistas locais” (POISE, p. 3).

A definição de Mediação Intercultural, da autoria de Giménez (1997), encontrava-se vertida no aviso de candidatura:

Entende-se por Mediação Intercultural de um/a Mediador/a, enquanto intermediário para as situações sociais, interindividuais ou intergrupais, de multiculturalidade significativa, tendo em vista o reconhecimento do Outro e da aproximação das partes, a comunicação e a compreensão mútua, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação de conflitos e a adequação institucional, entre os atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados. (p. 4)

Desta forma, no âmbito da candidatura a um Projeto de Mediadores Municipais Interculturais num concelho do norte do país, foi realizado um processo de diagnóstico participativo, que permitisse aceder a diferentes perceções das realidades locais, a partir dos seus verdadeiros protagonistas.

Neste sentido, o conhecimento do território local não se prendeu, apenas, com a identificação e análise de dados estatísticos, para ter em conta, também, as representações dos atores que aí se movimentavam e que percecionavam de forma pessoal um espaço que não é só geofísico, mas também um espaço de significações e experiências.

Assim, considerou-se fundamental, numa fase de diagnóstico do concelho, utilizar o mapeamento participativo/cartografia social como método de investigação, que pressupôs que o trabalho do investigador não se fizesse de forma prescritiva ou pré-estabelecida, ainda que houvesse claramente uma orientação do processo (Araújo et al., 2017).

O objetivo foi identificar (e não deduzir) situações, aceder a informações e processos complexos sobre o território (não abstratos) e relacionar-se com atores e realidades concretas (Reis, 2005). Não apenas se tornou intenção compreender o território do Concelho, como também conhecer o seu espaço social.

Neste artigo irá ser apresentada a metodologia adotada para um mapeamento participativo de territórios de intervenção para a mediação intercultural, a análise global do diagnóstico e o impacto da metodologia de mapeamento participativo para a mediação intercultural.

2. Metodologia adotada para um Mapeamento Participativo para a Mediação Intercultural

Dada a necessidade de um estudo acerca das necessidades municipais e interculturais entendeu-se recolher dados relativos à educação, à saúde, à habitação e ao mercado de trabalho junto das entidades e associações que estavam diretamente ligadas à comunidade cigana e à comunidade migrante no concelho. Para isso, usou-se uma metodologia de recolha de dados, distinta dos tradicionais métodos, na qual primou a participação ativa dos envolvidos.

Assim, aplicou-se um pré-inquérito com o objetivo de aceder a opiniões e perceções das comunidades migrantes e ciganas e que constituiu uma ferramenta de trabalho de grande utilidade

para a fase seguinte, de mapeamento e entrevista grupal.

Considerou-se que o trabalho de diagnóstico da realidade do concelho requeria o contacto com aqueles que “conhecem no mundo a ser conhecido” (Alvarez & Passos, 2009, p. 131).

Na perspetiva adotada neste diagnóstico considerou-se que o território deveria ser encarado como um produto social, construído pelos seus diferentes elementos constitutivos, pelo que, para o conhecer, tornara-se necessário aceder a quem dele faz parte (Ruivo, 2002). O território não é apenas um espaço geográfico e/ou político e/ou social e/ou económico, mas sim um sistema de interdependências (Ferraz, 2000), constituído por atores individuais e coletivos que dele fazem parte e que nele constroem representações, (o)posições, significações, experiências.

Neste diagnóstico privilegiaram-se as metodologias participativas, uma vez que podem facilitar processos de identificação por parte dos envolvidos com as temáticas, particularmente quando é promovida em torno da práxis e da reflexão. Estas metodologias facilitam processos de integração, de interação e de cidadania do individual ao coletivo, do micro ao macro (Brites et al., 2015).

Utilizaram-se também vários métodos de recolha de dados, com o cuidado prévio para a não sobreposição ou duplicação de informação, que contribuíssem para a diversidade, riqueza e complementaridade da informação trabalhada a um nível aglutinador, através da metodologia da triangulação. O pressuposto da triangulação baseia-se na recolha e análise de dados a partir de diversas perspetivas e ângulos para os contrastar e interpretar (Aires, 2011). A triangulação é mais uma alternativa à validação “(...) melhorando o alcance, a profundidade e a consistência dos procedimentos metodológicos” (Flick, 2005, p. 232).

Na primeira fase de diagnóstico do território, aplicou-se um questionário a diferentes entidades e associações do concelho.

Na segunda fase optou-se pela adoção de uma perspetiva mais interpretativa, que em nome de uma maior compreensão do território teve de interpelar os seus sistemas e dinâmicas. O objetivo foi identificar (e não deduzir) situações, aceder a informações e processos complexos sobre o território (que não sejam abstratos) e relacionar-se com atores e realidades concretas (Reis, 2005). Não apenas se tornou intenção compreender o território do concelho, como também conhecer o seu espaço social.

O universo da população deste estudo correspondeu à amostra dos participantes - entidades e associações - nos diferentes momentos do diagnóstico.

Para o estudo de diagnóstico, definiu-se por entidades aquelas que trabalham com comunidades migrantes e comunidades ciganas nas mais diversas vertentes: educação, saúde, habitação e mercado de trabalho; e por associações aquelas que representam diretamente os migrantes ou ciganos/as na sociedade civil.

A amostra selecionada configurou uma amostra intencional, isto é, envolveu-se um conjunto de participantes com relação com as problemáticas do diagnóstico e convidado pela autarquia.

No total foram contactadas 38 instituições. Todavia, sendo voluntário, o número de participantes foi alterando em cada um dos três momentos do diagnóstico. Assim, participaram 17 instituições no questionário; 23 no mapeamento participativo e, por fim, na entrevista grupal, 25 instituições. De referir que 15 instituições participaram nos 3 momentos identificados (preenchimento de questionário, mapeamento e entrevista grupal).

Desta forma, não se tentou proceder a qualquer generalização dos resultados; ao invés pretendeu-se conseguir uma leitura da realidade em análise, tendo por referência os territórios e os grupos sociais apoiados pelas entidades e associações.

Momento prévio ao diagnóstico – (Re)conhecimento

O primeiro momento da metodologia participativa utilizada consistiu em convidar entidades e associações migrantes e ciganas do concelho para uma reunião prévia. Tratou-se desde logo de promover o envolvimento dos parceiros atuantes no território. Neste primeiro encontro com 9 entidades e associações procurou-se sensibilizar e esclarecer para a finalidade e importância da candidatura ao Projeto de Serviços de Mediadores Municipais e Interculturais, assim como para a participação ativa nos vários momentos do processo de diagnóstico social referente às comunidades migrantes e comunidades ciganas.

Nessa sessão expuseram-se as fases do diagnóstico, nas quais se adotariam as seguintes técnicas: inquérito por questionário, mapeamento participativo e entrevista, e vincou-se o cumprimento dos prazos.

1º Momento do diagnóstico – Estudo exploratório

Com a finalidade de recolher dados das instituições que atuavam junto das comunidades migrantes e comunidades ciganas foi elaborado um questionário para recolha de dados.

O instrumento foi concebido tendo por referência o Aviso da Candidatura ao Projeto de Serviços de Mediadores Municipais e Interculturais e a necessidade de se proceder a um estudo exploratório das entidades do território que iriam participar ativamente, nos momentos seguintes do diagnóstico sobre estes públicos-alvo (mapeamento e entrevistas grupais).

O objetivo geral do questionário consistiu em identificar e reconhecer as instituições, bem como a realidade do(s) seu(s) território(s) de atuação.

A amostra de respondentes ao questionário constituiu-se por 17 instituições (11 entidades e 6 associações).

Tendo como finalidade aceder ao conhecimento de factos, realidades, problemáticas e desafios percecionadas pelas instituições, optou-se por elaborar um questionário de cariz aberto, dotado de simplicidade na formulação das questões, com itens pouco estruturados e tendo por referência um conjunto de itens orientadores (Amado, 2017) subjacentes às questões elaboradas.

O questionário, elaborado consoante o tipo de instituição, continha 6 grandes áreas: i) Dados institucionais; ii) Território geográfico de intervenção; iii) Território humano de intervenção; iv) Território e dinâmicas sociais; v) Território e dinâmicas institucionais; vi) Território e mediadores.

As perguntas do questionário compreendiam dois tipos: fechadas e abertas. Nas questões fechadas, optou-se por elaborar as opções de resposta de acordo com as seguintes escalas: dicotómica, escolha múltipla e tipo *likert*. As várias questões de resposta aberta serviram para recolher mais informação personalizada e avaliativa sobre os temas abordados.

2º e 3º Momentos do diagnóstico – Mapeamento participativo e entrevistas grupais

Nestes momentos realizaram-se 4 entrevistas coletivas, com o mesmo objetivo, envolvendo grupos relativamente pequenos de pessoas (no máximo dez), cujo papel fundamental prendeu-se com o facto de possuírem informações relevantes (neste caso sobre o território e sobre a forma como as problemáticas em análise se manifestam no concelho).

Constituiu-se uma amostra intencional, na medida em que os participantes tinham uma relação com as problemáticas em questão, devido à sua área de intervenção/atuação e à população que abrangiam. Quando “o tema é intrínseco à vida do grupo (...) os participantes estão necessariamente implicados (...), porque todos são implicados (...) afetiva e existencialmente implicados” (Ferreira, 2004, p. 103).

Assim, foram contactadas e convidadas para as entrevistas grupais diferentes organizações do Concelho, tendo comparecido 24 Instituições, representativas de diferentes áreas: da governação municipal (8); de atuação pública (6); de intervenção social (5); da representação de populações migrantes e/ou ciganas (6) e a título individual (1).

As entrevistas desenvolveram-se com base na metodologia de cartografia social/mapeamento participativo, que consiste em compreender os territórios na sua complexidade, através da perceção dos grupos de população aí existentes (Neto, 2013).

A cartografia social, que implica a elaboração coletiva de mapas, permite compreender melhor o que vem ocorrendo em determinados territórios (Oliveira et al., 2022). Os dados geoambientais e socioculturais de um território, espacializados em mapas sociais e/ou ambientais, podem contribuir para elaborar um diagnóstico participativo da realidade socio ambiental local (Bacci et al., 2013).

Durante o processo de elaboração dos mapas-síntese propositivos visa-se: a) o (re)conhecimento do território, os seus problemas e conflitos e b) promover diálogos e reflexões coletivas sobre a realidade socioambiental local.

Desta forma, o conhecimento de um território deixa de se prender apenas com a identificação e análise de dados quantitativos, para passar a ser um conhecimento que considera, também, as representações dos atores que aí se movimentam e que percecionam, de forma pessoal e institucional, um espaço que não é só geofísico, mas também um espaço de significações e de experiências.

As entrevistas foram gravadas com recurso a câmara de filmar e gravador, depois de solicitada a assinatura de um termo de consentimento a todos os participantes, não só para essa gravação, como também para a utilização dos dados resultantes dessas entrevistas grupais. No respeito pelo princípio do anonimato, foi assegurado que não seria realizada uma associação direta entre a identidade dos participantes e os seus discursos. Dessa forma, pretendeu-se garantir um clima de confiança, no qual os participantes pudessem sentir a total liberdade para partilhar das suas representações.

As entrevistas iniciaram com uma breve apresentação da metodologia da Cartografia Social, referindo-se que consistia na construção conjunta de “mapas problema”, sendo o objetivo principal a elaboração de um diagnóstico participativo da realidade social local do Concelho, visando não só o (re)conhecimento do(s) território(s) nos quais se trabalha/intervém/habita, mas sobretudo a reflexão sobre esse(s) território(s).

Para a realização dos exercícios de interpretação, os participantes foram convidados a observar mapas geográficos, em tamanho A2, do Concelho, sendo também distribuída uma folha A3 com um mapa que apenas tinha os limites das freguesias do concelho. Nestes mapas, os participantes foram convidados a assinalar, com diferentes cores, as suas representações sobre os tópicos identificados na tabela seguinte:

Tabela 1. Categorias do mapa participativo

1	Territórios em que existe uma maior concentração de comunidade migrante;
2	Territórios em que existe uma maior concentração de comunidade cigana;
3	Territórios em que existe maior integração social da comunidade migrante;
4	Territórios em que existe maior integração social da comunidade cigana;
5	Territórios em que existe maior exclusão da comunidade migrante;
6	Territórios em que existe maior exclusão da comunidade cigana;
7	Principais problemas que a comunidade migrante tem nos domínios da: a) educação; b) saúde; c) habitação e d) mercado de trabalho;

8	Principais problemas que a comunidade cigana tem nos domínios da: a) educação; b) saúde; c) habitação e d) mercado de trabalho;
9	Principais desafios que a entidade sente na intervenção com a comunidade migrante nos seguintes domínios: a) educação; b) saúde; c) habitação e d) mercado de trabalho;
10	Principais desafios que a entidade sente na intervenção com a comunidade cigana nos domínios da: a) educação; b) saúde; c) habitação e d) mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração das autoras

Com a escolha destas 10 categorias constatou-se que, através da sua representação nos mapas e a respetiva exposição por parte dos participantes, se conseguiria apreender, não só a configuração social do território, mas também aceder às próprias características de atuação das instituições presentes.

Neste momento, os participantes assinalaram (com símbolos ou com palavras) nos seus mapas em branco, de forma individual, as suas perceções sobre as 10 categorias em análise, utilizando, para isso, marcadores com cores. Destacaram nos mapas os territórios que mais representavam cada uma dessas categorias.

Apesar da importância das representações através de mapas, estes não falam por si mesmos, pelo que deve promover-se uma análise textual das representações espaciais mobilizadas. Por isso, num segundo momento, cada participante descreveu oralmente ao grupo a sua área mapeada, ressaltando quais foram os critérios que teve em conta para essa representação territorial, destacando, sempre que possível, a sua experiência pessoal e da sua instituição sobre o(s) território(s).

O carácter dinâmico desta atividade promoveu em todos os grupos um clima favorável à comunicação, onde às experiências pessoais e profissionais se aliaram dimensões espaciais, resultando numa vivência construída e partilhada das identidades alicerçadas no território.

Ficou evidente, nesta fase, que a representação gráfica de cada um dos participantes, sobre o território físico e social, era resultante das suas trajetórias pessoais e profissionais e, dessa forma, subjetivas.

Neste momento, os sujeitos pertencentes a instituições e a um território concreto (do concelho) foram convidados a construir representações gráficas da(s) realidade(s) social(is) em análise. O resultado da interação entre os diferentes elementos participantes nas entrevistas grupais foi o mapeamento social, que refletiu e conjugou diferentes interações sociais, perceções sobre os territórios e experiências situadas (Lima & Costa, 2012). Após todos os participantes terem descrito os seus mapas, e com base neles, foi elaborado um mapa-síntese do grupo, de forma a promover o debate sobre o território. Desta forma, obtiveram-se os mapas sociais.

Seguiu-se a realização das entrevistas grupais, cujo resultado foi sujeito a um trabalho de transcrição integral, tornando possível levar a cabo uma análise cuidada sobre as representações dos participantes sobre as 10 categorias alvo de representação. Esta análise foi realizada de forma conjunta, tendo em conta os quatro grupos.

Do primeiro momento (mapa geográfico) foi possível agrupar as respostas de todos os participantes relativamente às categorias em análise e graficamente representadas nos mapas do concelho. Tendo em conta que a metodologia utilizada foi a cartografia social, a análise que se efetuou também teve em conta a representação gráfica através desses mapas. Assim, foi elaborado um mapa síntese de todas as representações dos participantes relativamente ao concelho, nas 6 categorias alvo de análise cartográfica.

No mapa síntese optou-se por respeitar as cores das categorias que foram utilizadas pelos participantes na sua análise. Por outro lado, identificou-se sempre, através das codificações atribuídas, as entidades e associações que identificaram determinados territórios do concelho no que respeita às respetivas categorias.

A análise dos mapas individuais, de cada participante, bem como dos mapas síntese,

representados tendo em conta cada um dos grupos, foi de extrema importância para a compreensão, quer das problemáticas em causa, quer da sua incidência territorial. Com efeito, os mapas apresentaram vários e diferentes indicadores, tornando-os evidentes e relacionando-os territorialmente.

3. Análise Global do Diagnóstico

Tendo por base os resultados de cada um dos momentos do processo de diagnóstico, importava proceder à sua triangulação, com vista a destacar os pontos mais relevantes extraídos da análise. Ressalva-se que em algumas das dimensões apresentadas não se dispõe de dados dos três métodos de recolha de dados.

Que vulnerabilidades? (O quê?)

Os participantes consideram que, independentemente de se falar de comunidades migrantes ou de comunidades ciganas, as questões relativas à discriminação são frequentes e constituem-se como fonte de vulnerabilidade na integração destes públicos. Destaca-se, neste âmbito, a:

- Discriminação pelos serviços públicos;
- Discriminação das entidades locais do concelho;
- Discriminação pela comunidade.

Territórios e processos sociais e institucionais (Porquê?)

A dimensão do território e processos sociais e institucionais integra um conjunto de dados recolhidos junto das instituições acerca de problemáticas vividas pelas comunidades migrantes e ciganas (nomeadamente ao nível da educação, saúde, habitação e mercado de trabalho), mas também da articulação que existe entre essas comunidades e as instituições do concelho, entre as instituições e diferentes grupos sociais e entre diferentes grupos sociais. Os resultados podem ser analisados na tabela seguinte.

Tabela 2. Dados sobre Territórios e Processos Sociais e Institucionais

Territórios e Processos Sociais e Institucionais		
Categorias	Comunidades migrantes	Comunidades ciganas
		Absentismo e abandono escolar
Educação	Barreiras/questões linguísticas	Baixa escolaridade
	Falta de abordagem intercultural das escolas	Desvalorização da escola
		Falta de abordagem intercultural das escolas
Saúde	Falta de acesso por questões legais	Incumprimento de regras dos serviços de saúde
	Barreiras/questões linguísticas	Planeamento familiar
Habitação	Discriminação	Hábitos culturais distintos
	Falta de acesso por questões legais	Discriminação no acesso
		Desemprego
Mercado de trabalho	Precariedade/instabilidade	Trabalho não declarado e indiferenciado
	Discriminação	
		Ausência de regras e hábitos laborais

Dinâmicas interinstitucionais	Não há articulação entre instituições e grupos de migrantes Há atividades interculturais	Não há articulação entre instituições e comunidades ciganas
-------------------------------	---	---

Fonte: Elaboração das autoras

Os dados do quadro supra permitiram aceder e confirmar informação sobre as problemáticas que os representantes destas comunidades minoritárias apontam como estruturantes nos territórios em que (con)vivem e para as quais se deve encontrar estratégias de intervenção comunitária.

Territórios e intervenção mediadora (Para quê? De que forma?)

Na dimensão do território e intervenção mediadora foram elencados os desafios / propostas de ação identificadas pelos participantes, relativamente às áreas da educação, saúde, habitação e mercado de Trabalho, quer nas comunidades migrantes quer nas comunidades ciganas. Os resultados podem ser analisados na tabela seguinte.

Tabela 3. Dados sobre Territórios e Intervenção Mediadora

Territórios e intervenção mediadora		
Categorias	Comunidades Migrantes	Comunidades Ciganas
Educação	Investimento na aprendizagem da língua portuguesa	Sensibilizar para a importância da educação/escolaridade
	Apostar numa abordagem intercultural	Promover o desenvolvimento de competências básicas nos adultos
	Capacitar/sensibilizar agentes para a abordagem intercultural	
Saúde	Adaptar meios de informação a diferentes línguas	Sensibilizar para a importância do cumprimento e vigilância
Habitação	Sensibilizar para o direito à habitação	Desconcentrar territorialmente as Comunidades Ciganas
Mercado de trabalho	Capacitação e certificação de competências	Incentivar ao trabalho declarado
Outros desafios	Desenvolver mais atividades interculturais	--
	Criar um espaço para as Associações	

Fonte: Elaboração das autoras

Territórios e mediadores (Quem?)

A quase inexistência de Mediadores, salva a exceção de 2 instituições, constituiu uma razão para a integração destes profissionais, no sentido de potenciar as intervenções existentes e/ou dinamizar processos de intervenção onde as vulnerabilidades e os desafios foram identificados.

Os participantes identificaram determinadas características do perfil do mediador, a saber:

Ser especialista (domínio de várias áreas);

Ter Reconhecimento (estar integrado nas comunidades);

Ter uma função a longo prazo (garantia da continuidade);

Ser facilitador da interação institucional (criador de pontes com os serviços, através dos seguintes exemplos: tradução linguística, acompanhamento aos serviços de saúde, tribunais, entre outros).

4. Impacto da Metodologia de Mapeamento Participativo para a Mediação Intercultural

A Mediação Intercultural de âmbito municipal, configura perspectivas alargadas de ação para a melhoria pessoal e social dos sujeitos, nos seus diversos contextos sociais, (re)criando espaços de socialização positivos, fomentando novas formas de sociabilidade e propondo modelos de (re)configuração de laços sociais.

As funções do mediador municipal e intercultural são funções sociais, podendo ser desenvolvidas em qualquer âmbito da intervenção social: educativo, social, familiar, comunitário, laboral, jurídico, etc.

O mediador propõe-se, preferencialmente, trabalhar situações de défice, de indiferença, de exclusão social, através da recomposição do tecido sociocultural, mas também propõe-se trabalhar situações de dissensão, incompatibilidade, oposição, diferendo e rutura interpessoal, intergrupar, intragrupal e comunitária. Embora a primeira abordagem tenda a apresentar um maior alcance social de atuação, a segunda pode apresentar também uma vocação sistémica, graças aos efeitos que pode almejar.

O saber, pessoal e profissional, do mediador é fulcral. A pertença cultural do mediador pode ser uma mais-valia, porém, como sustenta Giménez (2010), “as variáveis etnoculturais (padrões comportamentais, identidade étnica e/ou nacional, língua, religião, questão racial, etc.) são especialmente relevantes” (p. 68), podendo então o mediador intercultural “documentar-se, assessorar-se, co-mediador, refletir em equipa” (p. 68), para estabelecer conexões entre 3 ordens de fatores: pessoais, situacionais e culturais, que marcam os territórios e comunidades culturalmente diversas.

(Re)Conhecer os territórios nos quais se vai atuar é fundamental para garantir que a mediação intercultural seja efetiva.

Na sequência do mapeamento participativo e focado realizado no concelho, elaborou-se uma proposta de projeto, da qual constou um plano de medidas a implementar ao longo dos 36 meses de projeto (Oliveira et al., 2022). Este teve em conta, não só as necessidades identificadas pelas pessoas, como também a intenção clara de promover a participação intercultural e o empoderamento de indivíduos e comunidades.

Mais do que medidas avulsas, que pudessem colmatar problemas isolados, este plano de medidas teve como intuito constituir-se como um “guia” articulado, coerente e ajustado às problemáticas, necessidades, recursos e objetivos do projeto.

Desta forma, o Projeto apresentado visou uma intervenção numa área que carecia de maior investimento no concelho, no que diz respeito à mediação intercultural entre comunidades migrantes e ciganas e população autóctone não cigana, com vista a dar resposta a problemas sociais complexos associados à integração efetiva das populações residentes no Município, tal como identificado no mapeamento participativo realizado.

Neste contexto, este projeto assumiu toda a relevância na adoção de uma perspectiva transversal, que cruzou, de uma forma integrada, as problemáticas específicas e previamente diagnosticadas: da educação, da saúde, da habitação e do mercado de trabalho, no sentido de dar resposta às necessidades dos grupos privilegiados pela intervenção que tantas vezes coincidem com as situações de vulnerabilidade, risco e exclusão social.

A metodologia de intervenção pela mediação, definida como uma efetiva tecnologia social, tem por finalidade “dotar de poder”, aqueles que por circunstâncias socioeconómicas e culturais se encontram em situação de fragilidade e exclusão. A filosofia e a prática da mediação são uma

contribuição preciosa para a manutenção e bom funcionamento do sistema de governação do povo e para o povo (Giménez, 2022). Por sua vez, a mediação intercultural municipal apresenta potencialidades para uma governação social inclusiva.

5. Conclusão

No alinhamento com a ideia de Piedade (2022), segundo a qual a abordagem intercultural centrada na comunidade deverá estar em linha com as propostas da cidade e, portanto, ligada ao debate sobre a “cidadania urbana”, neste artigo apresentou-se um projeto inserido numa política pública municipal que se destaca pela participação e protagonismo dos participantes das comunidades e instituições locais em prol de uma verdadeira cidadania intercultural democrática.

Não há projetos de intervenção bem-sucedidos sem o envolvimento do cidadão, de modo a, por um lado, melhor adaptar as respostas aos desafios e necessidades existentes, e, por outro lado, para gerar um envolvimento que gere compromisso em prol do empoderamento pessoal e social.

A metodologia do mapeamento participativo adotada garantiu um processo de reflexão mais horizontal e não hierarquizado, permitiu criar um espaço seguro e colaborativo entre todos os participantes (representantes das comunidades e das instituições) e confirmou as vantagens identificadas na revisão de literatura e, posteriormente, no próprio projeto (Oliveira et al., 2022), nomeadamente: i) conhecer os obstáculos e as necessidades com que se deparam as comunidades minoritárias no concelho; ii) permitir reunir informação sobre sugestões de resposta a integrar no desenvolvimento das soluções definitivas vertidas no projeto. A adoção desta abordagem participativa permitiu multiplicar os contributos, e, sobretudo, obter o compromisso dos variados participantes com as estratégias a implementar.

Em síntese, através da metodologia participativa do mapeamento participativo conseguiu-se desde a etapa prévia de um projeto de interculturalidade para o município (referente ao diagnóstico) colocar em prática a premissa da mediação intercultural: envolver ativamente as partes interessadas e/ou afetadas em processos de tomada de decisão para planear o projeto, através do qual se visa intervir no(s) território(s).

Assim desde a primeira hora, através da germinação da cultura de mediação aplicou-se uma metodologia valorizadora da inclusão, da diversidade de perspetivas e da colaboração, dando aos indivíduos, aos grupos e às instituições voz ativa no desenvolvimento de horizontes (con)partilhados em relação a questões da interculturalidade na cidade. Trata-se, assim, de criar uma *Cidade Culturalmente Inteligente*.

6. Referências Bibliográficas

- Aires, L. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. S/I. Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/1/Paradigma%20Qualitativo20e%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Educacional.pdf>
- Alvarez, J., & Passos, E. (2009). Cartografar é habitar um território. In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade existencial* (pp. 131-149). Editora Meridional.
- Amado, J. (Coord.) (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Araújo, F; Anjos, R., & Rocha-Filho, G. (2017). Mapeamento participativo: conceitos, métodos aplicações. *Boletim de Geografia*, 35(2), 128-140. <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i2.31673>
- Bacci, D., Jacobi, P., & Santos, V. (2013). Aprendizagem Social nas Práticas Colaborativas: exemplos de ferramentas participativas envolvendo diferentes atores sociais. *ALEXANDRIA - Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, 6(3), 227-243.
- Brites, M., Jorge, A., & Santos, S. (2015). *Metodologias participativas: os media e a educação*. Livros LabCom.
- Busch, D. (Ed.) (2023). *The Routledge Handbook of Intercultural Mediation*. Routledge.

- Council of Europe. (2024). *Intercultural cities index analysis 2024. Building bridges, breaking walls. Council of Europe*. <https://rm.coe.int/kuopio-finland-results-of-the-intercultural-cities-index-2024-/1680af7451>
- Corrêa, A., Oliveira, G., & Oliveira, A. (2021). O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos. *PRISMA*, 2(1), 34-47. <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/download/41/32>
- Ferraz, S. (2000). *Estratégias de desenvolvimento local e mercado de trabalho - A emergência de um campo profissional*. [Tese de doutoramento não publicada]. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas.
- Ferreira, V. (2004). Entrevistas focalizadas de grupo: Roteiro da sua utilização numa pesquisa sobre o trabalho nos escritórios. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção Atelier: Teorias e Metodologias de Investigação*. (pp. 102-107). Universidade do Minho. <http://aps.pt/pt/atas-v-congresso/>.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Monitor.
- Giménez, C. (1997). La naturaleza de la mediación intercultural. *Migraciones*, 2, 125-159. <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistamigraciones/article/view/4888>
- Giménez, C. (2022). Mediação e metodologias participativas de resolução de conflitos enquanto fatores de fortalecimento da Democracia. In A. Silva & E. Pinto da Costa (Eds.), *Mediação Intercultural. Formação, Ação e Reflexão* (pp. 27-42). UMinho Editora.
- Giménez, C. (2010). *Interculturalidade e Mediação*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Lima, M., & Costa, S. (2012). Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. *Revista Geografica*, 12, 76-113. <https://doi.org/10.7147/GEO12.3189>
- Neto, O. (2013). A cartografia inovadora: uma reflexão sobre a cartografia social – ciência ou arte? *Encuentro de Geógrafos de América Latina. Reencuentro de saberes territoriales latino-americanos*. Perú. <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/a-cartografia-inovadora.pdf>.
- Oliveira, A., Lobão, J., & Chao, R. (2022). Mapeamento participativo: principais aspectos, definições e experiências. In J. Lobão, A. Oliveira & I. Oliveira (Eds.), *Cartografia social: (re)descobrimos saberes* (pp. 17-78). UEFS. <https://doi.org/10.7476/9786589524953.0003>.
- Oliveira, C., Pinto da Costa, E., Prudêncio, B., Ferreira, P., Alves, V., & Ribeiro, P. (2022). Mediação Intercultural no Município do Porto. In A. Silva & E. Pinto da Costa (Eds.), *Mediação Intercultural. Formação, Ação e Reflexão* (pp. 147-162). UMinho Editora.
- Piedade, A. (2022). Comunidades Interculturais – Da tendência à Necessidade. In A. Silva & E. Pinto da Costa (Eds.), *Mediação Intercultural. Formação, Ação e Reflexão* (pp. 59-68). UMinho Editora.
- Pinto da Costa, E. (2020). Convivência e paz em tempos de crise: contributos da mediação. *Revista EstreiaDiálogos. Rede Internacional de Investigação-Ação Colaborativa*, 5(2), 15-29. https://8835c378-42a1-4ae0-9760-5ce4b8d2d152.filesusr.com/ugd/eb8d33_b336fae2e18747ec87edd0139afdebbf.pdf
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. (2018). *Aviso nº POISE – 33-2018-06*. POISE. https://poise.portugal2020.pt/avisos/-/asset_publisher/tbXfgqUYbTvU/content/aviso-n-poise-33-2018-06
- Reis, J. (2005). Uma epistemologia do território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13(1), 51-74.
- Ruivo, F. (2002). *Localização de Políticas Públicas*. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/178/178.pdf>.